



## COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ - MOÇAMBIQUE

Rua da Resistência, 1175 | Caixa Postal 656 | 06100 Maputo

Telefone: 00258 21419933/4 | Fax: 00258 21419578

E-mail: [secretariado.cejp@jupax.org](mailto:secretariado.cejp@jupax.org)

### **Análise de conjuntura Cidade de Chókwe de Janeiro a Maio de 2020**

#### **Introdução**

O ponto de observação da conjuntura política, social e económica que se pretende oferecer nestas páginas é a Cidade de Chókwe, Província de Gaza.

A Província de Gaza encontra-se situada no sul de Moçambique e, em termos históricos, tem a particularidade de ser o berço natalício dos três primeiros presidentes de Moçambique e de muitos que são considerados membros (do) fundadores da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Partido no Poder há já 45 anos. Este facto confere aos nativos e residentes nesta província uma natural empatia e, algumas vezes, uma acrítica adesão às políticas e práticas emanadas pelos sucessivos executivos que governam o país.

A cidade de Chókwè está situada em um distrito a sul da Província de Gaza. É um distrito pequeno e densamente povoado, com excelentes condições para a prática da agricultura. Segundo as estatísticas, o distrito possui quase 40% do total da área de regadios existentes em Moçambique. O sistema instalado tem capacidade para irrigar 33.000 hectares, mas a degradação do sistema e deficiente manutenção reduziram a capacidade para 23.000 hectares. O Distrito tem um potencial de cerca 87.000 hectares de terras aráveis para agricultura dos quais apenas estão sendo aproveitados cerca de 54.000 hectares (61%) para a Agricultura. A gestão das terras no distrito é feita com a participação das comunidades, mas há pouco aproveitamento da terra disponível por vários e diversificados motivos. A terra é usada pela maior parte das famílias para a prática da agricultura e pecuária.

A vegetação natural no distrito de Chókwè é escassa, pois, quase todo ele é ocupado por terrenos agrícolas. As árvores são usadas, sobretudo, como combustível doméstico na forma de lenha e carvão vegetal comercializados localmente. O distrito debate-se com problemas de desflorestamento e erosão de solos provocados pelas queimadas e abate descontrolados.

O parque industrial do Distrito é composto por 46 indústrias, das quais 31 operacionais e 15 inoperacionais. As indústrias operacionais são basicamente de micro e pequenas dimensões ligadas à produção de pão, bebidas, material de construção e outros artigos. Dada a exiguidade de infra-estruturas de e para o desenvolvimento, a população jovem do distrito é mão-de-obra barata na vizinha República da África do Sul. Todo o jovem que deseja reconhecimento familiar e social deve necessariamente imigrar para a terra do Rand. Por isso, a população residente é na sua maioria mulheres e crianças e a taxa de infecções por HIV é extremamente elevada. Importa referir que a taxa de soroprevalência para o HIV na Província de Gaza é de 24,4%, de acordo com os dados do último relatório (IMASIDA 2017).

No sector da gestão dos recursos hídricos há uma evidente falta da capacidade técnica para uso integral dos recursos hídricos, recursos humanos qualificados, meios circulantes e equipamento adequado. O rio Limpopo que banha a cidade e parte do distrito é sub-aproveitado e só é notícia quando transborda e provoca inundações de grande impacto social e económico.

Neste texto, faremos uma análise política, social e económica a partir dos acontecimentos relevantes de Janeiro a Maio de 2020 à luz dos documentos oficiais emanados pelo Governo da República de Moçambique.

### **1. A realidade política a partir da Proposta de programa quinquenal dos Governo 2020-2024 e do plano dos 100 dias de Governação**

Um dos objectivos traçados pelo Plano Quinquenal do Governo (PQG) está a melhoria do bem-estar e de qualidade de vida das famílias moçambicanas; a redução das desigualdades sociais e da pobreza; a criação de um ambiente de paz e harmonia e tranquilidade; estímulo na criação de emprego.

São propósitos louváveis e é necessário que toda a máquina governativa se empenhe em criar estas condições básicas para que as populações vivam como filhos deste país. Volvidos sensivelmente quatro meses da aprovação e divulgação desta proposta, e avaliados os primeiros 100 dias de governação é com muita inquietação que vemos uma realidade que é o oposto do que são as belas e boas intenções de governação. Desde Abril de 2020, segundo entrevistas publicadas na STV no jornal da noite 31/05/2020, famílias inteiras vivem no mato, como nómadas à busca de um pouco de paz e temendo pela sua vida, fugindo das incursões dos chamados insurgentes em Cabo Delgado. As vagas de deslocados aumenta e muitas famílias se refugiaram em Meconta, Namialo, Nacarôa na província de Nampula.

O bem-estar precisa da manutenção da paz e o assunto Cabo Delgado é gerido de maneira falaciosa, com jornalistas detidos, informações não oficiais e não seguras, porque oficialmente não há nada a informar. As vagas de deslocados abrem um véu sobre a situação real da instabilidade que dura há já quase três anos em Cabo Delgado, sem que haja uma postura de estado capaz de dar cobro à situação.

Estas populações que se deslocam, que perdem tudo, estão sem rumo e organizando-se por si mesmas, sem que haja um horizonte oferecido por quem de direito. Que políticas o Governo vai propor para mitigar o sofrimento destas populações deslocadas e daquelas que recebem os deslocados? O que se vai fazer para que junto com os deslocados não se desloquem também os que promovem a insurreição? Urge uma postura de estado e a implementação de facto deste desejo expresso no plano quinquenal: melhoria do bem-estar e de qualidade de vida das famílias moçambicanas.

Para que a criação de um ambiente de paz e harmonia e tranquilidade não seja apenas um voto piedoso, urge uma análise objectiva das causas reais da insurgência, e do facto de ela ter tido acolhimento e hospitalidade em alguns jovens da província. A busca das causas poderá ajudar não só a encontrar uma solução que não seja apenas militar, mas também, provavelmente, sócio-económica, e sobretudo poderá ajudar a prevenir que outras regiões do país não passem pela mesma situação.

## **2. A realidade social e económica**

Para a área social e económica o PQG prevê trabalhar para a redução das desigualdades sociais e da pobreza oferecendo condições de crescimento inclusivo e sustentável. Ao longo dos primeiros quatro meses desta IX legislatura assistimos a discussões, na Assembleia da República, em torno da partilha de subsídios de integração social para os que terminam o mandato e subsídios para os que iniciam o mandato e a duplicação do orçamento para o funcionamento da Assembleia da República.

Quando os sindicatos apresentaram a proposta de reajuste salarial, a resposta do Governo, em Abril 2020, foi clara. Os meios de comunicação social reportaram a resposta de Ana Comoana que explicou que os aumentos salariais têm sempre por base a performance económica de um determinado sector, num determinado país. Quando esse desempenho não se verifica, o aumento salarial pode não ocorrer nas mesmas circunstâncias. As desigualdades sociais e a pobreza que se querem reduzir são fomentadas pelo tratamento desigual das questões salariais a nível de quem decide estes assuntos.

Na verdade, quem tem terá sempre mais e quem não tem, até o que lhe é devido lhe será tirado. O salário justo é um direito e não uma esmola. A situação das famílias moçambicanas com o estado de emergência no seu terceiro mês são verdadeiramente precárias. Nos produtos de primeira necessidade

tendem a aumentar o preço na mesma proporção em que escasseiam e paralelamente os empregos precários são simplesmente inexistentes, muitos são despedidos e os que optaram pelo auto-emprego nada mais têm para responder às necessidades de suas famílias. Esta é uma situação frustrante. Um pouco em algumas províncias, os programas de ajuda pontual a grupos considerados desfavorecidos privilegiam os idosos e as crianças, o que parece justo.

Há, contudo, neste momento da pandemia, uma verdade dura e que contempla os jovens e os chefes de família que vivem de “biscates” e que bem ou mal mantinham suas famílias e hoje estão simplesmente na condição de mendigos. Toda esta realidade cria frustrações e propicia a revolta e o descontentamento da força de trabalho sem horizontes nem alternativas. São estes que geralmente recebem propostas menos decentes e que facilmente fazem parte do mundo do crime. O discurso do PQG sobre a criação de empregos e promoção de empreendedorismo não sairá do papel se não forem tomadas medidas e estratégias conducentes ao emprego e ao empreendedorismo. Uma das áreas que provavelmente poderia ser um caminho para o emprego é a área da agricultura não apenas de subsistência, mas empresarial e a abertura à industrialização.

Os diferentes sistemas de regadios existentes no país e concretamente o de Chókwe, apelidado por Samora Machel como o celeiro do país carecem de manutenção e de vontade política para explorar todas as suas potencialidades. Com um dos maiores rios atravessando a província e o distrito de Chókwe, com um sistema desenhado com propriedade e que num passado recente permitia uma agricultura voltada para a comercialização e apoiada por um parque industrial invejável é difícil compreender porquê se fala tanto de desenvolvimento e produção de alimentos e nada acontece onde sempre houve produção e indústria alimentícia.

O excedente de produção dos agricultores deste regadio, por exemplo, não consegue mercado diante das importações vindas da vizinha República da África do Sul. As políticas do país não protegem a produção local tanto para as hortícolas como para o arroz produzido em quantidade neste regadio. É justo questionar o que tão bem está plasmado no PQG e que não tem pernas para andar, porque não se criam mecanismos claros para estimular a produção, proteger o agricultor, encorajar o cooperativismo e comprar o produto interno para o comercializar e assim permitir o crescimento da produção local.

Uma clara aposta nesta área seria remédio para a massiva imigração da mão-de-obra jovem para a vizinha RSA e real diminuição do crime e mesmo a *sero prevalência ao HIV* verificada neste Distrito e

nesta província. Urge traçar políticas para a dinamização da agricultura e da industrialização que empenhem os agricultores e os estimulem para uma maior e melhor produção de bens essenciais.

Ainda na área social verificou-se uma gestão ineficaz da pandemia da Covid-19 no país. Na eminência de uma contaminação comunitária, as medidas de prevenção mostraram-se improdutivas. Diante de evidências de dificuldades reais de implementar essas medidas as autoridades que devem fazer a gestão deste momento, insistem em não oferecer meios alternativos tais como quarentena institucional para todos os que regressam de países com corona vírus disseminado, no lugar de quarentena domiciliar, como acontece com as centenas de jovens que chegaram a Chókwe, em finais de Abril de 2020, provenientes da RSA. Todos foram para as suas casas infetando os seus contactos. Muitos deles teriam evitado essa contaminação se tivessem ficado em quarentena longe de suas famílias. Porém os números oficiais não espelham a verdade sobre as possíveis contaminações. A verdade é que não temos a certeza do que se passa neste campo. Por um lado os adultos agradecem o facto de as crianças não irem para a escola. São mão-de-obra para assegurar as pequenas vendas informais que pouco a pouco retornaram às ruas da cidade de Chókwe. A polícia interpela os adultos mas quando encontra crianças vendendo bolinhos, não sabe muito bem como agir. Assim são muitas as crianças e adolescentes que passam o dia longe de seus progenitores e tornam-se presa fácil para a prostituição infantil e para a iniciação ao mundo da droga, muito presente neste distrito, sobretudo a soruma. O regresso às aulas certamente trará muitas surpresas, em termos de número de alunos que engrossaram a estatísticas dos desistentes, sobretudo entre as meninas.

A quarentena domiciliar funciona em alguns casos, mas a maioria da população moçambicana que vive em áreas sem parcelamento nem urbanização não tem condições de isolamento e de quarentena domiciliar. Estas são decisões tomadas à luz de experiências de outras latitudes e que não têm em conta a realidade social e económica do país.

## **Conclusão**

À guisa da conclusão, esta análise da conjuntura de Janeiro a Maio de 2020 leva-nos a afirmar que o que está plasmado no PQG, em termos de proposta governativa, precisa de ser concretizado por políticas e instrumentos concretos para a sua materialização. A consolidação do diálogo político e a unidade nacional deve ser pensada de maneira holística, integrando aspectos sociais e económicos e não apenas o aspecto militar. O calar das armas e o sossego das populações para poderem produzir e empreender

um desenvolvimento inclusivo e sustentável passa pela reflexão sobre as estruturas políticas deste país, sobre a relação Estado e sociedade, sobre a indústria extractiva e o desenvolvimento do país, sobre o sonho que se tem para a construção deste país.

Continuam a constituir reais desafios a integração social em particular dos jovens mediante propostas concretas de formação e escolarização, emprego e valorização do produto nacional na sua relação com os produtos importados, a reflexão sobre a criação de um parque industrial de processamento para o escoamento do que se produz no país. É certo que o país apenas precisa de uma forte vontade política para abrir caminhos de desenvolvimento integral, inclusivo e sustentável.

GRI  
Ir. Ester Lucas  
Filha da Caridade  
Cidade de Chókwe